

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ANCHIETA**

**CURSO DE DIDÁTICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA  
NO ENSINO SUPERIOR**

***MEMORIAL***

Aluno: João Jampaulo Júnior\*

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Diva Otero Pavan

Jundiaí – São Paulo  
2010

---

\* Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade de São Paulo. Docente no curso de Direito do Unianchieta.

*Iniciei como professor na escola primária, com o nobre trabalho da alfabetização. Passei pelo antigo ginásio e pelo colégio. Lecionei no bacharelado em direito, e, finalmente, professor da pós-graduação.*

*Neste meu caminhar, sempre busquei despertar em meus alunos o interesse pela leitura, por acreditar nas mudanças produzidas pelas palavras. Da mesma maneira, buscava através do direito, levar mensagens de justiça e de liberdade.*

*E a música, que é a própria liberdade de expressão, cultivei-a em minh'alma, no intuito de levar a todos os corações, a alegria de viver.<sup>2</sup>*

---

<sup>2</sup> Texto extraído de meu discurso de posse na Academia Jundiaense de Letras – AJL – Cadeira nº 03 em 10/09/2004.

## ***I - Primeiras considerações***

Estou com 56 anos. É dezembro de 2010. O cenário é o mesmo de sempre. Meu pequeno quarto, espaço de descanso, trabalho, manifestação de inspirações com meus papéis, livros e instrumentos musicais. Espaço onde não sou interrompido.

Após elaborar e defender a dissertação de mestrado e a tese de doutorado em Direito do Estado, estou às voltas com um novo texto acadêmico, desta feita em nível de especialização (*Curso de Didática e Prática pedagógica no Ensino Superior*). Curiosamente, iniciei em 1986, curso similar na Faculdade São Judas Tadeu (SP) e que foi interrompido por motivos outros. A ansiedade e os temores são os mesmos: produzir algo produtivo (a redundância é propositada) e reavaliar uma trajetória de vida.

## ***II - Minhas origens***

João e Maria oriundos do interior do Estado de São Paulo - Meus pais.

Ele (1922), o primeiro filho homem em uma família de nove irmãos (*três homens e seis mulheres*). Os pais (*meus avós – Felício e Paschoalina*), filhos de italianos (*de Milão e da Calábria*). Educação rígida. Trabalho desde a infância. Meu pai, por saber ler e escrever (*cur-sou até o antigo 4º ano primário*), acompanhava meu avô nos negócios (*fornecimento de lenha para a antiga Cia Paulista de Estrada de Ferro e cascas de barbatimão para cortumes*).

Ela (1927), mais faceira. Filha caçula de Joaquina e Delfino, portugueses que emigraram para o Brasil pós-guerra, com a primogênita Angelina. Minha mãe era a única brasileira do clã. Meu avô era ferroviário da Cia Paulista de Estrada de Ferro. Minha avó, prendas domésticas. Minha tia Angelina pouco estudou para se dedicar ao trabalho e auxiliar a família. Ainda jovem, casou-se com meu tio Francisco e mudou-se para Jundiaí. Minha mãe estudou até o antigo 1º ano ginásial.

Meu pai veio com a família para Jundiaí após a falência de meu avô. Logo foi para São Paulo, capital, para tentar a vida. Minha mãe, com meus avós maternos vieram para Jundiaí em face do falecimento de meu tio Francisco. Tia Angelina aqui estava só com duas filhas pequenas. A família precisava ser o porto seguro.

Curiosamente, as duas famílias passaram a residir na Rua XV de Novembro, Vila Argos Nova, quase centro de Jundiaí. Assim, João e Maria conheceram-se, namoraram e em 1949 casaram-se e mudaram-se para São Paulo, capital, pois lá meu pai trabalhava em uma fábrica de vassouras como vendedor/motorista.

Maria Inês (*minha querida e única irmã a quem carinhosamente chamo de Tata*) nasceu em 21 de janeiro de 1950, na casa de minha avó, na Rua XV de Novembro, nº 601, Vila Argos Nova. Era costume na época, a mulher grávida buscar a casa da mãe para dar à luz.

A felicidade de meus pais era incomensurável, e com razão. Tata viria a se transformar em uma mulher guerreira e de primeira linha. Educadora sem par...

Oriundo de um ato de amor, no bairro da Casa Verde, SP, eu fui concebido. E assim como na gravidez e nascimento de minha irmã, minha mãe dirigiu-se para Jundiaí. Em 15 de março de 1954 eu nasci no antigo Hospital do Serviço Social da Indústria - SESI, no bairro do Anhangabaú. Com a mesma alegria, João, Maria e Maria Inês festejaram a chegada do filho homem, eu, João Jampaulo Júnior. A família estava completa.

Com bastante sacrifício, meus pais adquiriram um terreno na mesma Rua XV de Novembro, Vila Argos Nova, e ali construíram nossa casa. Minha mãe costurava para uma loja, criando e confeccionando vestidos de noiva. Meu pai viajava diariamente para São Paulo para trabalhar, pois lá possuía um carro de praça (Táxi). Vida difícil e com sacrifícios, mas prazerosamente honesta e feliz.

Maria Inês cursou o ensino infantil e antigo primário no Grupo Escolar Argos Industrial, bem próximo à nossa casa. O antigo ginásio foi cursado no GEVA (*Dr. José Romeiro Pereira*) e sempre entre as melhores alunas, formou-se professora primária no Curso Normal da Escola Padre Anchieta de Ensino. A carreira do magistério foi sua vida, primeiro na rede estadual de ensino e posteriormente no Colégio Divino Salvador, até bem pouco tempo atrás, quando se aposentou definitivamente, deixando marcas que só uma educadora impar poderia deixar.

### ***III - Na infância e adolescência as primeiras descobertas***

Assim como minha irmã, cursei o ensino infantil e antigo primário no Grupo Escolar Argos Industrial. Devo confessar que não gostava de ir para a escola. Minha mãe que o diga, o sacrifício que era eu estudar. Aos seis anos, em uma festa no pré-primário, pela primeira vez subi em um palco para tocar violão. Detalhe, eu não sabia tocar nada, mas instrumentos musicais eram os meus brinquedos preferidos.

Após esse primeiro “mico” em minha vida, meus pais me colocaram na escola de violão comandada pelo professor Avelino Sacramoni, onde minha vocação para a música foi despertada e continua até os dias atuais. Novas apresentações se sucederam arrebatando aplausos e enchendo meus pais e minha irmã de orgulho.

Importante ressaltar que nesse período meus pais buscavam incentivar de todas as maneiras o hábito da leitura tanto em mim como em minha irmã. Era comum vê-los lendo e comentando os jornais da Capital, após o jantar. Minha mãe lia conosco todas as noites livros e revistas compatíveis com nossa idade e nos acompanhava na elaboração das tarefas escolares, auxiliando-nos em tudo o que podia. Meu pai, por trabalhar em São Paulo, sempre trazia livros e revistas infantis e mais tarde juvenis, para ilustrar nossas vidas. O gosto pela leitura foi muito cedo despertado e incorporado em nossos hábitos diários, auxiliando no desenvolvimento de nossas personalidades.

Após o primário, prestei exame de admissão ao ginásio e consegui ingressar no antigo Ginásio Divino Salvador (*na época colégio semi-interno e exclusivamente masculino*).

Meu pai trabalhava na Vulcabrás, fábrica de calçados, e por força do Sindicato dos Sapateiros, consegui uma bolsa parcial para estudar no GDS (*Ginásio Divino Salvador, posteriormente Colégio Divino Salvador*), no tradicional Bairro de Vila Arens, ao lado da Matriz Nossa Senhora da Conceição. Todavia, as atividades musicais falavam mais alto que quaisquer outras, fossem elas estudantis ou desportivas. A magia do som, do clássico ao rock, ocupava todos os espaços de meu corpo e mente.

A leitura e a música já se incorporavam em minha vida naturalmente. Naquela época, o Ginásio Divino Salvador já se preocupava com a formação integral de seus alunos. As matérias voltadas para as ciências humanas também nos iniciavam na filosofia e na sociologia, sem falar nos estudos teológicos, essência da instituição.

Fui reprovado na terceira série do ginásio por causa de dedicação excessiva aos estudos musicais e apresentações em festas com os primeiros grupos de música. Mas, diga-se de passagem, a reprova ocorreu somente nas matérias de ciências exatas. Eu me dava muito bem na área de humanas.

Não obstante a revolução de 1964, éramos politizados, mas com o devido cuidado para não macular a escola ante os ideais revolucionários da época. Os ensinamentos de Educação Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros eram ministrados em toda a sua extensão e metas.

Porém, e esse é um porém muito gostoso pois incrementado pelos ideais da juventude, tal não impedia as discussões sobre o golpe militar em nosso País, a revolução cubana, e os feitos de Che Guevara, ídolo da nossa geração que ostentava o título de libertador das Américas. A agressividade das sinfonias de Beethoven contrastava-se com os acordes dos Beatles, Stones, Creedence e Pink Floyd. Os festivais de música da antiga TV Record apresentavam Chico, Gil, Mutantes, Caetano e Geraldo Vandré com a memorável “Pra não dizer que não falei das Flores”. Igualmente não se pode olvidar Sérgio Ricardo quebrando seu violão e jogando na platéia que o vaiava enfurecidamente, ou ainda, Caetano Veloso que ao apresentar “É proibido proibir”, ante a reação dos presentes, indagava se “aquela era a juventude que queria comandar o Brasil...”.

Momentos épicos de sonhos, transformações e ideais. O violão, piano e guitarra eram as minhas armas. Minhas letras de músicas eram as minhas mensagens. Que digam os festivais estudantis de nossa cidade...

No segundo colegial, uma vez mais me encontrei com a derrota, ao ser novamente reprovado na área das matérias exatas. Essa reprova mudou totalmente minha vida, despertando um sentimento de vergonha em relação aos meus colegas que passavam para o terceiro colegial e já começavam a vislumbrar a vida universitária... Ainda consumido pela vergonha, saí do Colégio Divino Salvador e fui para uma outra instituição de ensino fazer o Supletivo do Colegial. Padre Victor, diretor pedagógico do Divino, foi em minha casa falar com meus pais

e me convenceu a retornar ao meu colégio do coração, dizendo que eu não tinha do que me envergonhar, só precisava definir metas e prioridades. E eu voltei...

A partir desse momento, descobri-me estudante em toda a plenitude. Cursando o colégio noturno, com novos colegas e professores, descobri o prazer de ensinar aqueles que trabalhavam durante o dia e não podiam estudar muito. Experiência importante, que me indicou os passos futuros: o Magistério.

Com a minha transferência para o curso noturno, comecei a trabalhar como auxiliar de escritório na Cia Litográfica Araguaia. Ao mesmo tempo, nos finais de semana, apresentava-me como músico em clubes da cidade, região e até de outros estados, ora tocando em orquestras, ora em conjuntos para bailes e shows. O salário de auxiliar de escritório e os cachês musicais ajudavam em minha casa e cobriam parte das minhas despesas.

#### ***IV - O fim da adolescência e o início da Juventude***

*O vento assovia, cantigas antigas,  
e acaricia os cabelos de mel,  
que exalam perfume, de mato orvalhado,  
dourado ao sol, que aquece entre juras, ...  
Amor sublime, amor jurado, ... (Amor sublime, amor jurado - João  
Jampaulo Júnior)*

Em 1972, concluí com sucesso o segundo colegial. Por força da reforma do ensino havia naquele período, que extinguiu o antigo clássico (meu desejo) e o científico, fui buscar a conclusão de meu curso, matriculando-me no Curso de Formação para o Magistério do Colégio São Vicente de Paulo, Jundiaí. Era o único homem em uma sala de aula com mais de trinta mulheres.

Dentro de meu propósito, busca do sucesso nos estudos, logo me destaquei e fui convidado para exercer um cargo de coordenador artístico da escola. Formei grupos de teatro, corais infantis e juvenis e fui o coordenador da fanfarra do colégio, conquistando vários prêmios.

No segundo semestre de 1973 consegui meia bolsa de estudos junto ao Curso MED, em São Paulo, Capital, visando a preparação para o vestibular. Terminei 1973 com sucesso e galghei o meu certificado de conclusão do colegial. Em sede de vestibular, fui aprovado no curso de Comunicações e Artes, e Direito. Fiz minha opção por Direito junto à Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCAMP.

Pela manhã cursava a universidade. No período noturno cursava o último ano de Formação para o Magistério no Colégio São Vicente, onde no período da tarde continuava com o meu trabalho de coordenador artístico.

Em 1974 formei-me no Magistério e passei para o segundo ano da Faculdade de Direito.

### *V - As primeiras experiências no Magistério*

*Na curva da estrada, sinto um vazio,  
dentro do meu peito, e canto,...  
Para não chorar,... dedilho a viola,  
Cantador seresteiro, solitário amar,...  
e canta,... e canta,...  
Na curva do rio, nasce uma flor,  
onde o beija-flor, se encanta,...  
Para em pleno ar,... suga o doce mel,  
batendo as asas, dispara a voar,...  
e canta,... e voa,... bailando nos céus... (Curvas e Ponteios - João Jam-  
paulo Júnior)*

Em 1975 iniciei minha trajetória como professor primário, assumindo classe na rede estadual de ensino, junto à Primeira Escola Masculina do Bairro do Poste, escola rural de Jundiá, no período da manhã. Em face dessa mudança transferi os estudos de Direito para o período noturno, ingressando na Faculdade de Direito Pe. Anchieta, pois não havia vaga noturna no curso da PUCAMP.

Voltando para o universo do Bairro do Poste, vivenciei muitas experiências e adquiri muito aprendizado.

Em uma mesma classe ministrava aula para primeiro, segundo e terceiro ano primário. Um quadro negro em cada parede, para cada turma. A situação daquelas crianças na zona rural martirizava o meu coração repleto de ideais. Crianças descalças, material escolar precário, pouca higiene e muita fome. Algumas só iam para a escola por causa da merenda que era distribuída, isso quando a merendeira não faltava, o que me obrigou a aprender a cozinhar para não deixar as crianças sem alimentação.

Passei a ir para a escola calçando tamancos, o que motivou as crianças a usarem chinelo. Colocava o meu material em uma bolsa a tiracolo, motivando as crianças a colocarem os cadernos em um embornal que eu as ensinei a fazer. Assim os cadernos ficavam conservados. Tais mudanças eram possíveis, pois as crianças da zona rural eram dóceis e educadas. Elas adoravam as atividades de sábado quando eu ensinava música e ministrava aulas de educação física, utilizando o salão paroquial e a quadra da igreja, situada ao lado do prédio escolar. Momentos de despertar a criatividade e a alegria.

Porém, nem tudo era um mar de tranquilidade. O fato mais marcante foi uma crise de piolhos na escola. Raspei minha cabeça (*usava cabelos longos*) e solicitei autorização dos pais para cortar e higienizar as cabeças das crianças. Em um dado período do ano letivo, a escola

esvaziou. Era a época da colheita e as crianças faltavam às aulas para ajudarem os pais na lavoura.

Tal situação me obrigou a criar uma nova estratégia para o horário das aulas, incluindo, claro, a merenda escolar e possibilitando que as crianças saíssem mais cedo, pois os pais não abriram mão do trabalho delas na colheita. Assim o prejuízo das aulas era menor.

Nesse mesmo ano (1975), eu também lecionava no Colégio São Vicente de Paulo, ministrando aulas de OSPB e Educação Moral e Cívica (ginásio e colegial), sem prejuízo dos trabalhos na coordenação artística do Colégio.

Por força da escala rotativa na rede estadual de ensino, em 1976 fui designado para lecionar em outro extremo da cidade de Jundiaí, desta feita em uma zona periférica, localizada no Bairro Castanho de Cima (*atual Bairro Santa Gertrudes*).

Era uma escola instalada provisoriamente em um salão comercial, ao lado de um chiqueiro de porcos. Tudo era precário, desde as instalações e o material de ensino até o mau cheiro, em especial nos dias de muito calor. A docilidade e carinho encontrados nas crianças da zona rural foram substituídos pela agressividade daquelas crianças criadas em situações de total desamparo. Brigas de pais, vizinhos e até de pequenos grupos rivais, influenciavam o comportamento daquelas crianças. Os valores eram outros e a metodologia de ensino deveria ser mudada. O professor deveria se destacar pela coragem e não se intimidar, mas ao mesmo tempo deveria se mostrar amigo e colaborador. As aulas tornavam-se mais pesadas e o aproveitamento não era tão bom, mas a vontade de ensinar era maior.

Com criatividade buscava conquistar a amizade e despertar o interesse das crianças. O violão foi um bom instrumento pedagógico, nessa pequena escola esquecida pelas autoridades.

Em 1977, uma experiência diferente, ainda que breve. Somente consegui na escala, aulas em substituição, no segundo semestre do ano, na Escola Marcos Gasparian, centro de Jundiaí, em uma classe de segundo ano. Outra realidade, outras crianças e uma nova forma de ensinar. Escola com excelente estrutura e acomodações, direção ciosa, pais participativos nas reuniões e no acompanhamento dos filhos, material de boa qualidade, crianças bem educadas e alimentadas - Diferente de tudo o que eu já tinha vivido na zona rural e na periferia.

Após essas experiências eu já sabia que, além da carreira jurídica, o magistério seria uma constante em minha vida. Porém, nuvens escuras se aproximavam. Em 1977, meu pai adoece gravemente. Fui obrigado a parar de lecionar, pois necessitava faltar muito para auxiliar nas incontáveis idas para São Paulo: cirurgias, quimioterapia, radioterapia e exames a cada mês. Pensei até em trancar a matrícula na Faculdade de Direito.

Nesse momento, minha mãe, com a costumeira lucidez, advertiu-me, dizendo que se eu largasse a faculdade estaria acelerando o agravamento da situação de meu pai, que tinha por sonho, juntamente com ela, ver-me formado na faculdade.



Buscando superar essas dificuldades, continuei meus estudos e para ajudar na manutenção de casa, apresentava-me como músico na noite. Além disso, abri um escritório de advocacia com um amigo já formado e prestava atendimento na Assistência Judiciária Gratuita, como estagiário.

Em 20 de dezembro de 1978 concluí o bacharelado em direito e passei com facilidade no exame da Ordem dos Advogados. Meu pai, ainda em tratamento, mas gozando de um período de melhora, a tudo assistiu e participou com orgulho.

Iniciei minha carreira solo na advocacia em 1979 com um escritório só meu, atuando nas áreas do Direito Penal e Civil. Em alguns períodos pré-determinados, lecionava violão na Escola de Música e Arte de Jundiá e continuava me apresentando nas noites como músico e cantor. Nesse período, formei o grupo musical "Pó Poeira" juntamente com o amigo Roberto Zambelli, com o objetivo de pesquisar e compor músicas de raiz, ocasião em que me apaixonei pela viola caipira, meu instrumento até os dias atuais. Também atuava como uma espécie de monitor na Cadeira de Direito Civil na Faculdade Pe. Anchieta, comandada pelo Prof. Antônio Carlos Marcatto. Surge a oportunidade de cursar pós-graduação em Direito Processual Civil na Itália, na Universidade de Milão. Não pude aceitar, pois o estado de saúde de meu pai havia piorado. Em 05 de outubro de 1979 meu pai veio a falecer, causando-nos muita tristeza. No início de 1980 um novo convite para a Itália. Impossível aceitar, pois necessitava equilibrar a situação financeira em casa e auxiliar minha mãe, em face da doença e falecimento de meu pai.

No período de 1980 a 1985 vivi da advocacia e nas horas vagas, da música. Nesse mesmo ano (1985) fui convidado a ocupar o cargo de Assessor da Presidência da Câmara Municipal de Jundiá, que era exercida pelo Vereador e Advogado Dr. Tarcísio Germano de Lemos. O convite pegou-me de surpresa. Um misto de medo e dúvidas em aceitar ou não o desafio. Dr. Tarcísio, que me conhecia como aluno na Faculdade de Direito e depois já como profissional da advocacia, convenceu-me dizendo que esse novo universo (*Direito do Estado e uma Casa Política*) não deveria me assustar. Acreditei e aceitei.

## ***VI - A Câmara Municipal e o Magistério Superior***

*O canto alegre e a fome mata.*

*Caminhos da terra, pó poeira (Pó Poeira - João Jampaulo Júnior)*

Os primeiros meses foram dedicados à observação e aprendizado. Nova linguagem, uma advocacia especializada, um novo campo de atuação envolvendo política e direito. O velho professor tinha razão. A identidade com o trabalho no Poder Legislativo foi quase que automática. Havia uma explicação. Um dia, manuseando alguns documentos, encontrei meu histórico escolar da Faculdade de Direito, onde constatei que as minhas melhores notas eram na área do Direito Público/Estado. Estava explicada a afinidade encontrada com aquela área do direito.

Em meados do primeiro semestre de 1987 fui convidado pelo Dr. Júlio dos Santos, Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal e do Júri da Comarca de Jundiaí, para substituí-lo na cadeira de Direito Penal na Faculdade de Direito Pe. Anchieta, em face de sua promoção para uma das Varas Especiais na Capital de São Paulo. A indicação de meu nome muito me honrou com a volta ao magistério, desta feita em nível superior. Começava a se desenhar um novo desafio.

Durante o primeiro semestre de 1987, substituí o Dr. Júlio dos Santos em algumas aulas. No segundo semestre assumi a titularidade da Cadeira de Direito Penal que, em cada turma, iniciava-se no segundo ano e se estendia até o quinto e último ano do bacharelado. Uma nova meta. Um novo aprendizado.

Adotei o mesmo sistema que utilizava quando ministrei aulas no curso primário, ginásio e colégio. Pode parecer brincadeira, mas aulas preparadas, atividades em classe, fornecimento de apostilas dos assuntos mais polêmicos e o incentivo à leitura e escrita possibilitou bons resultados. A tudo isso busquei aliar simpatia e nas sextas-feiras, após a aula, o violão era companheiro nos bares da moda onde eu me apresentava, agora com a presença de alunos. Liberdade, responsabilidade e respeito mútuo.

Doutor Agnaldo de Bastos, ilustre e respeitado advogado de Jundiaí, era o Consultor Jurídico efetivo (*por concurso público*) da Câmara Municipal, onde eu também trabalhava. Em 1988, esse profissional iria galgar sua aposentadoria e o Legislativo local instaurou procedimento através de concurso público para o provimento da vaga.

Embora sabendo que a disputa seria ferrenha, a possibilidade de vir a ser o Consultor Titular da Câmara Municipal de minha cidade foi sedutora. Estudei durante quase quatro meses, todos os dias (*inclusive aos sábados e domingos*), em uma média de quatro horas/dia (*óbvio que pelo fato de trabalhar e lecionar, os horários de estudo eram noite e madrugada adentro*).

Para manter a isenção do certame e como se tratava do provimento de cargo por profissionais do direito, a Câmara Municipal solicitou junto à OAB, Seção de São Paulo, que designasse profissionais de nomeada no cenário jurídico/acadêmico para elaborar, aplicar e corrigir as provas. Para que não houvesse melindres, convidou o Presidente da 33ª Subseção de Jundiaí para que acompanhasse os trabalhos.

Dia da prova. Nervos à flor da pele. Mais de setenta candidatos para a vaga. As reações eram as mais diversas possíveis após a entrega das provas. Candidatos em potencial que já advogavam junto ao Poder Público Municipal efetuavam a leitura, assinavam a lista e entregavam a prova em branco. Outro, inclusive, ocupante de importante cargo jurídico na Administração local, entregou a prova em branco, não assinou a lista e solicitou que computassem sua falta ao certame. A prova continha um nível e grau elevado de dificuldade, pois o cargo demandava esses conhecimentos.

Resultado final: passei em primeiro lugar. Com a aposentadoria do Dr. Agnaldo de Bastos, assumi a Consultoria da Casa em meio ao processo da Assembleia Nacional Constitu-

inte de 1988, que daria novos rumos ao ordenamento jurídico do País. Participei de Comissões de Advogados militantes no Direito do Estado, representando a Câmara Municipal, na oferta de sugestões de emendas para a Constituição do Estado de São Paulo. Por fim, coube a minha pessoa elaborar o anteprojeto de Lei Orgânica do Município de Jundiaí, o que muito me honrou, para que os Senhores Vereadores da época iniciassem os trabalhos de elaboração daquela que seria a primeira Lei Maior do Município em face do novo ordenamento Constitucional. Meu nome entrava para a história da Câmara e de minha cidade, pois a Imprensa Oficial local publicou o anteprojeto por mim elaborado, inserindo o meu nome no documento.

Continuei com as atividades em meu escritório de advocacia (*não havia impedimento legal*), atuando junto à Câmara Municipal e lecionando na Faculdade de Direito.

Voltando ao magistério superior, a identidade professor/alunos era cada vez maior e em todas as turmas que lecionei sempre fui agraciado com o título de patrono, paraninfo ou nome de turma.

O curso de direito, em especial o de direito penal por mim ministrado, era um desafio até a chegada ao quinto ano, a formatura e o exame da Ordem dos Advogados, até hoje a maior temeridade dos novos bacharéis.

Para aplacar essa situação, convidava os meus alunos do quinto ano para que, no segundo semestre, nos reuníssemos todos os sábados pela manhã nas dependências da Faculdade, para aulas de revisão de Direito Penal e Direito Processual Penal (*naquela época os alunos faziam a opção pela matéria específica*). Os resultados dos Exames de Ordem eram fantásticos e fantásticos eram os índices de aprovação.

A minha estratégia para o ensino superior era vencedora e assim continuei até meados de 1996, inclusive recebendo convites para falar Brasil afora sobre processo legislativo municipal, uma de minhas áreas de atuação na Câmara Municipal e crimes de colarinho branco, quando um novo período sombrio se apresentou no horizonte. Fatos: uma insatisfação grande e violenta tomou conta de meu ser, uma angústia em querer saber mais se avolumava a cada dia; o término de um casamento de onze anos foi inevitável; em 1997 resolvi voltar a estudar e preparei-me para enfrentar o mestrado; lancei meu primeiro livro: “*O Processo Legislativo Municipal – Doutrina Jurisprudência e Prática*” (Editora LED – Rio Claro/SP), sucesso de vendas.

## **VII - O Mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

“La Constitución como texto inspirado por Dios, los fundadores como los santos, los jueces del Tribunal Supremo como los sumos sacerdotes que cuidan del culto al texto sagrado en el <<Marbel Palace>>, en el palacio de Mármol donde tiene su sede y que extraen de ese texto poco menos que la infalibilidad.” (*Eduardo Garcia Enterria*)

A grande pergunta: qual área de atuação? Direito Penal ou Direito do Estado? A dúvida durou pouco tempo. Minhas atividades junto à Consultoria Jurídica da Câmara Municipal,

os novos horizontes que se abriam para o meu escritório e o sucesso do livro editado respondiam a indagação.

O meu mestrado seria realizado na área do Direito do Estado, tendo como área de concentração o Direito Constitucional, mas com trânsito em Direito Urbanístico e Administrativo. Uma nova indagação: onde fazer?

Registro aqui, por questão de justiça, o grande incentivo e a orientação do Prof. Dr. Márcio Cammarosano, administrativista de escol de nosso país, que me apresentou aos cursos de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP, berço nacional do Direito do Estado no País e celeiro dos maiores juristas nessa área. Naquela instituição, eu teria a honra de estudar com professores de nomeada tais como: Paulo de Barros Carvalho, Adilson Abreu Dallari, Lúcia Valle Figueiredo, Márcio Cammarosano, Maria Helena Diniz, Celso Ribeiro Bastos e Maria Garcia, dentre outros.

Um novo desafio: como ingressar? A concorrência era acirrada. Pouquíssimas vagas e muitos candidatos de todo o Brasil. Não havia alternativa: estudar, estudar e estudar...

Foram longos três meses de estudos. Todas as noites até alta madrugada, todos os sábados, domingos e feriados. O tempo livre que se apresentava era ocupado na preparação para a prova de ingresso. Minha aprovação foi muito festejada por mim, por minha família e por amigos mais próximos. A volta aos bancos acadêmicos me rejuvenesceu e operou transformações. *Por primeiro*, a realização de um sonho adiado no passado em face da doença e falecimento de meu pai; *Por segundo*, a maturidade, as experiências profissionais e as havidas no magistério superior fariam com que o mestrado fosse mais proveitoso.

As descobertas e as mudanças foram visíveis logo nos primeiros créditos. Redação mais apurada e fundamentada, aulas expositivas com melhor qualidade e vasta literatura, inclusive de direito comparado, despertando nos alunos o sabor da pesquisa. Artigos para revistas técnicas começaram a fluir.

Um novo universo descortinava-se para mim, para o meu trabalho e para os meus alunos. A cada término de crédito, uma monografia envolvendo temas voltados para o meu trabalho na Câmara e para as minhas aulas. Dobraram os convites para aulas e cursos. Era muito cansativo, mas prazeroso.

O vazio que havia em meu peito estava sendo preenchido. Valia a correria, dedicação, a renúncia de muitas coisas e deixar em segundo plano a vida social e outras pretensões. O prazer de estudar e ter como orientador e mestre o Prof. Dr. Celso Ribeiro Bastos, um dos maiores constitucionalistas que este País já viu, supria a ausência de atividades mais lúdicas. Da mesma forma, eram gratificantes as aulas com a Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Garcia, assistente direta do mestre, e que assumiria as orientações, coordenação do curso e a cátedra com o seu falecimento.

Maria Garcia possuía o dom, em suas aulas, de nos despertar para o aprendizado, bem como nos motivar a ensinar e como ensinar aqueles que seriam os novos profissionais do Direito.

Tudo era tão novo e tão mágico que passei pelos créditos do mestrado, lecionando e trabalhando, e só de vez em quando me dava conta do cansaço. Concluída essa fase, iniciei os trabalhos de elaboração e concretização da dissertação de mestrado, posto que já havia acumulado muito material de pesquisa com as monografias de conclusão de cada matéria. Ressalto novamente a importante participação de minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Garcia, que assim me conduziu, dizendo sempre:

- Procure colocar em suas monografias, algo que você vai utilizar em sua dissertação.

Meu tema, como não poderia deixar de ser, foi voltado para o Direito Constitucional: “*O Processo Legislativo: Sanção e Vício de Iniciativa*”, que abordava atuações inconstitucionais de Parlamentares que apresentavam projetos de lei que invadiam a esfera privativa do Chefe do Executivo, sob o argumento de que, uma vez aceito pelo Executivo e o projeto devidamente sancionado, o vício estaria suprido. O Supremo Tribunal Federal – STF já vinha decidindo em sentido contrário a esse entendimento, mas utilizava um argumento político. Em meu trabalho, abordei as novas regras do processo legislativo insculpido pela Constituição da República de 1988 e demonstrei que, ao contrário do entendimento do Supremo, a questão não era política, mas sim jurídica por afronta a princípios constitucionais.

Defendi minha dissertação de mestrado em 04/10/2000, tendo como examinadores de banca, Maria Garcia (*orientadora*), Márcio Cammarosano (*membro*) e Adilson Abreu Dallari (*membro*). Fui aprovado e ganhei metade dos créditos do doutorado. Decorrente de minha aprovação, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Garcia, ato contínuo após minha defesa, encaminhou-me para a Secretaria da Universidade para que eu procedesse minha inscrição para o doutorado. A loucura iria continuar...

Nesse período, retomei os trabalhos com o grupo musical "Pó Poeira", ampliando o âmbito de atuação. Além da divulgação da música de raiz, levando a viola caipira para os teatros da cidade, as apresentações possuíam um quê de voluntariado, onde a renda dos espetáculos era endereçada para entidades assistenciais de Jundiá.

### ***VIII - Os caminhos para o doutorado***

*Viola que canta chorosa,  
Versos tão caboclos à luz do luar,  
Viola é o que me consola...  
Memórias voam pela mente,  
Percorrendo os campos deste meu lugar,  
Vivenda é o que me consola... (memórias de Vivenda - João Jampaulo Júnior)*

Com orgulho, encaminhei a ata de defesa de dissertação de mestrado e o meu diploma de mestre para que fossem arquivados junto à minha pasta na Faculdade de Direito e junto à minha fé-de-ofício na Câmara Municipal.

Porém essa euforia pouco durou, em face do novo desafio. Novas renúncias, novos sacrifícios para conseguir ingressar no curso de pós-graduação em Direito do Estado, desta feita em nível de Doutorado, na Universidade mais conceituada nessa modalidade.

Novamente o número de candidatos oriundos de toda a parte do Brasil e da América do Sul era o principal obstáculo. O material enviado foi analisado e fui selecionado para a entrevista com o responsável por todo o curso de pós-graduação na área de Direito do Estado da PUC/SP, Prof<sup>o</sup>. Dr. Livre Docente Paulo de Barros Carvalho. Uma vez mais a sorte me sorriu pela qualidade do meu material enviado e pelo sucesso na entrevista com o mestre.

Era doutorando...

A maior severidade do doutorado, bem como a questão do ineditismo do trabalho e lembrando a ainda recente exaustão ocorrida na época do mestrado, fizeram-me refletir se não seria melhor solicitar licença da Faculdade, para possuir um maior tempo para estudar e pesquisar.

No final de 2000 e em face da conclusão do mestrado, recebi convite da Faculdade de Direito para que, além das aulas de Direito Penal, eu assumisse aulas de Direito Administrativo. Era uma honra, mas a decisão já estava tomada. Com muita pena em me afastar do magistério, solicitei licença sem vencimentos para cursar meu doutorado. A Faculdade de Direito entendeu e concordou. Era o momento de eleger prioridades.

Os anos entre 2001 e meados de 2002 foram relativamente tranqüilos. Cursei os créditos faltantes e fiz o curso de italiano instrumental, como segundo idioma para o doutoramento, já que o meu primeiro, em sede de mestrado havia sido o espanhol. O tema da tese de doutoramento já se desenhava em minha mente: “*Qualidade de vida – Direito Fundamental*”. Esse tema descortinava a possibilidade de falar da vida das pessoas na cidade e que era possível extrair através de interpretação da Constituição, que tal era direito fundamental, que deveria ser respeitado e deveria chegar a todos os cidadãos.

Uma vez mais a mão da mestra me guiou na decisão de meu trabalho de doutoramento. A Prof<sup>a</sup> Maria Garcia assim me orientou:

- Jampaulo, o seu objetivo está correto, mas o enunciado de sua tese está lacunoso. Você transita com facilidade além do Direito Constitucional, no Direito Urbanístico e Administrativo. Por que não ampliar o enunciado: “*Qualidade de Vida: Direito Fundamental – Uma questão urbana: A Função Social da Cidade*”.

A luz daquela orientação irradiou-se por todo o meu ser. Era o que eu queria falar mas não sabia. Os trabalhos de pesquisa tiveram início, mas... uma vez mais apareceram sombras no horizonte.

Em meados de 2003, minha mãe, Maria do Carmo, sofre um AVC isquêmico. O chão desaba sob os meus pés. Meu cotidiano e o de minha família sofreu inúmeras alterações. Com o meu emocional transtornado não conseguia mais escrever. Coisa engraçada e triste. Tinha



tudo em mente. Sabia todos os caminhos da pesquisa, mas não conseguia mover uma palha ou escrever uma linha. Assim, 2003 se afigurou um ano turbulento e improdutivo, pois morávamos juntos, somente eu e minha mãe.

O ano de 2004 começou com um pouco mais de esperança. Minha mãe havia melhorado, muito embora com algumas sequelas físicas, e por isso ela resolveu morar com minha irmã. E assim foi durante todo o ano de 2004.

Retomei minha pesquisa em 2005 e comecei a separar, qualificar e quantificar material.

Meu sobrinho Luiz Fernando, para amainar a minha solidão e depressão me apresentou com um filhote de labrador (*chocolate de linhagem americana*). Dei-lhe o nome de Horus (*Deus da mitologia egípcia*). A alegria trazida em minha casa por aquele pequenino ser fez com que eu voltasse a escrever. Era um companheiro inseparável. Porém, Horus era frágil. Acometido de displasia óssea necessitava de cuidados médico-veterinário e atenção de minha parte. Ao completar seis meses e praticamente curado, um descuido, uma fatalidade. Um vaso de planta com produtos agrícolas e Horus o acessa e morre envenenado. Tudo conspirava contra a trajetória que tinha idealizado para o meu doutoramento.

Tristeza, solidão e depressão profunda. Desânimo total. Tudo indicava que eu não iria conseguir.

Após muita resistência (*eu não queria mais nenhum cachorro em casa*), em 2006, surge Bob do Rancho Nativo em minha vida. Um labrador chocolate, de padrão inglês, com nome, sobrenome e RG. Não pude resistir àquele pequeno ser de 45 (*quarenta e cinco*) dias. Batizei-o de Thor (*Deus da mitologia nórdica*) e assim o registrei em meu nome no Kennel Club do Brasil. Thor era forte, saudável, e com alguns acessos de Marley (*cão labrador que originou livro e filme de sucesso: “Marley & Eu” de John Grogan*), mas perfeitamente controláveis. Tal restituiu um pouco de minha alegria e consegui voltar às minhas pesquisas e escrever.

Viajei pelo Direito Constitucional, pelo Direito Administrativo e Urbanístico, passei pela Sociologia e pela Psicologia. Falei de pessoas, cidades antigas e modernas, falei sobre direitos fundamentais, sobre medo e esperança, sobre justa distribuição de serviços públicos, a importância do meio ambiente e por fim, extraí por via de interpretação constitucional, que a qualidade de vida era um direito fundamental e que a questão urbana envolvendo a função social da cidade estava diretamente ligada ao bem estar das pessoas e da comunidade. A tese estava pronta.

Em abril de 2007, após passar pelo crivo rigoroso de minha orientadora, o meu trabalho foi depositado na universidade e a defesa do tão esperado doutoramento fora marcada para o dia 11 de junho do mesmo ano.

Dia da defesa. Quanta ansiedade. Na mesa os seguintes expoentes, mestres e doutores em Direito do Estado: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Garcia (orientadora); Prof. Dr. José Renato Nalini, Desembargador junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (membro); Prof. Dr.

Márcio Cammarosano (membro – PUC/SP); Prof. Dr. Carlos Roberto Huset (membro - Juiz do Trabalho – TRT/SP); e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dinorá Adelaide Musetti (membro – PUC/SP).

Merece destaque o fato de que minha mãe, Maria do Carmo, com todas as limitações físicas impostas pelo AVC, se fez presente durante todo o período de defesa da tese perante a banca, rezando como toda mãe...

Em certa altura dos questionamentos a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dinorá me indagou no sentido de questionar se a minha tese não era um tanto sonhadora sonhadora. Eu respondi que se eu não sonhasse que poderia auxiliar na construção de um mundo melhor, eu não existiria. Como poeta e músico, sou um sonhador por excelência.

A tese foi aprovada por unanimidade pela banca e recomendada para publicação, o que deverá ocorrer em meados de 2011 ou início de 2012.

Uma vez vencida a batalha pelo doutorado, retomei a minha vida. Não pude retornar de pronto para a Faculdade de Direito Pe. Anchieta, pois durante o período de minha licença, foi necessária a contratação de um substituto. Assim como respeitaram minha decisão em licenciar-me, respeitei a nova realidade da instituição.

Em 2009 o Prof<sup>o</sup>. Dr. Márcio Franklin Nogueira, Diretor da Faculdade de Direito, formalizou um convite para que eu assumisse uma das Cadeiras de Direito Constitucional, minha nova área. Foi com grande satisfação que eu retornei ao magistério superior.

## ***IX - Novas inquietações***

*Planta y cultiva hombre de la tierra  
es tu destino, es tan hermoso  
día tras día, escribe la estoria  
usted es el trigo que dora los campos  
usted es la lluvia, el afecto de la tierra  
es este el camino y felicidad  
es este la vida que usted escogió... (El Labrador - João Jampaulo Júnior/Roberto Zambelli)*

É impressionante a sensação de insatisfação que em alguns momentos me invade. A busca de algo novo é sempre uma constante.

Durante um desses vácuos existenciais, surge a notícia de que o Centro Universitário Pe. Anchieta estaria ofertando aos seus professores e outros interessados um curso de especialização na área de Didática e Prática Pedagógica no Ensino Superior.



O curso visava principalmente os professores do Centro Universitário que não possuíam qualquer titulação, no intuito de se aproximarem da capacitação exigida pelo MEC, mas também para quaisquer outros professores interessados.

Conforme registrei anteriormente, eu havia iniciado curso semelhante na Faculdade São Judas Tadeu em São Paulo/SP, no ano de 1987 mas não pude concluir por motivos outros. Assim, resolvi enfrentar esse novo desafio, não obstante possuísse as titulações de Mestre e Doutor em Direito do Estado.

Outra motivação que me impulsionou para o curso era o meu descontentamento com o nível dos alunos que estavam chegando à universidade e a dinâmica que havia sido imprimida ao curso de Direito. Eu necessitava de elementos para entender essas transformações. O curso poderia ser o caminho, e foi.

Técnicas de aula foram apresentadas e discutidas, colocações sobre plano de aula, plano de ensino e métodos de avaliação, e principalmente como avaliar. Todos esses elementos se prestaram a vivificar a atuação no ensino superior. Igualmente importante durante o curso foi a convivência com professores de outras áreas, onde experiências, angústias e expectativas foram amplamente discutidas.

Uma parte dos professores qualificados que ministraram aulas no decorrer da especialização vivem uma realidade diferente da que nós vivemos no Centro Universitário. Eram professores concursados de universidades públicas, com trabalho em período integral, assistentes e possibilidades materiais para desenvolvimento de projetos científicos, contrastando com a realidade existente na universidade privada. Bonito de se ouvir, difícil de se praticar na nossa realidade.

## ***X – Para refletir***

*Domingo...  
Dias de prece no sertão.  
Toca o sino na capela,  
avisando toda a gente,  
que é hora de oração (Ave Maria Sertaneja - João Jampaulo Júnior).*

Uma questão posta por um dos professores e um texto ofertado para análise e reflexão, despertou sobremaneira minha atenção. Tratava-se de um trabalho de Jorge Larrosa Bondía denominado “*Notas sobre a experiência e o saber de experiência*”, onde o autor propõe pensar a educação a partir do par *experiência/sentido*, atribuindo certo significado para essas duas palavras em contextos diversos.<sup>3</sup>

<sup>3</sup>

Revista Brasileira de Educação – Jan/Fev/Mar/Abr 2002, nº 19, p. 20.

Não obstante a sedução da proposta, uma das premissas colocadas bem retrata o quadro atual do ensino, em nosso caso, no ensino superior.

“Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. Em primeiro lugar pelo excesso de informação. A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência (...).<sup>4</sup>

O sujeito sabe muitas coisas, está cada vez mais informado onde se destaca a obsessão pela informação e pelo saber. Porém, esse saber não é no sentido de sabedoria mas sim no sentido de estar informado, pois nada lhe acontece.

A experiência deve ser separada da informação. É diferente o saber de experiência, de saber coisas. Por exemplo, após assistir a uma aula podemos dizer que sabemos coisas que antes não sabíamos, mas também podemos afirmar que nada nos aconteceu, que nada nos tocou.<sup>5</sup>

Sobre a experiência assim se pronuncia Jorge Larrosa Bondía, *in verbis*:

“A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço”.<sup>6</sup>

Podemos afirmar que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”<sup>7</sup>, é aquilo que nos transforma.<sup>8</sup> Em verdade o autor busca provocar um despertar para a vida.

Essa provocação me obrigou a refletir...

<sup>4</sup> Ob. cit. p. 21.

<sup>5</sup> Ob. cit. p. 22.

<sup>6</sup> Ob. cit. P. 24.

<sup>7</sup> Ob. cit. p. 21.

<sup>8</sup> Ob. cit. p. 25, *apud*, Heidegger (1987: p. 143)

As novas imposições curriculares e a política educacional adotada na faculdade de direito com o regime semestral, transformaram o docente em um veículo transmissor do maior número de informações possíveis e no menor tempo.

A obrigatoriedade de cumprir um programa que atenda aos exames de aferição de capacitação do aluno e da universidade, impossibilita exercitar no aluno o parar “*para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço*”.<sup>9</sup>

Curiosamente, essa prática reflexiva era mais viável com a antiga formatação do curso de direito, quando o professor acompanhava o aluno. O tempo podia ser dosado, o pensar era possível, as experiências transformavam e as pesquisas se tornavam desafios a serem superados.

Ora, o regime semestral imposto impossibilita o professor estimular, provocar os alunos para reflexões mais profundas. Falta espaço e tempo. Os estudantes, em sua maioria, trabalham durante o dia e frequentam as aulas à noite. Poucos são aqueles que se dispõem a abrir mão de algum momento de lazer para o estudo, a pesquisa ou parar e refletir para viver uma experiência modificadora.

Noutro giro, não podendo o professor estimular o aluno para encaminhá-lo e auxiliá-lo em sua transformação, sobra um sentimento de frustração pois somente informar não possibilita o crescimento e a reflexão sobre as coisas, em especial a ciência do direito, humana por excelência.

O aluno que atualmente chega à universidade, com raras exceções daqueles que possuem melhor acesso à educação, não acompanham a gama de informações/conhecimentos que lhes é apresentada. Não estão preparados para pensar, para sentir acontecer, para transformar.

Talvez o fato de na universidade pública o professor com dedicação exclusiva e os alunos com períodos integrais ou semi-integrais, possa auxiliar no crescimento e na transformação dos estudantes sob sua responsabilidade, pois ali uma outra realidade se aflora, totalmente diversa da realidade da instituição de ensino particular (*sem generalizar, pois existem entidades particulares que propiciam igual ou até mais que a universidade pública*) com sua clientela típica e às vezes não tão preparada.

Essa minha reflexão sugere que os cursos de direito sejam repensados e reestruturados de modo a possibilitar ao professor acompanhar os alunos, cada qual em sua matéria. Somente assim o docente poderá ser um agente em toda a plenitude e que indique caminhos para a transformação.

---

<sup>9</sup> Ob. cit. p. 24.

Não se espera com isso uma mudança radical, mas com certeza, haverá a possibilidade de propiciar algumas transformações. Ganha a instituição de ensino, ganha o aluno, motiva o professor.

### ***XI – Nada se consegue sozinho***

*O sol na catinga, a estepe a queimar,  
o gado a morrer, a água a faltar  
e no desespero o jeito é fugir  
do ouvido de Deus, que esqueceu de ouvir (O jeito é cantar - João  
Jampaulo Júnior)*

Este trabalho é um simples memorial. Porém, também se presta para a exposição de ansiedades. É necessária a integração entre coordenadores, professores e os programas adotados. As reuniões pedagógicas não podem se limitar somente à transferência de informações sobre a avaliação da instituição ou o índice de aproveitamento dos alunos no Exame de Ordem.

É preciso reunir, debater, conciliar. Não é possível um aluno progredir no seu curso sem um mínimo de conhecimento necessário para compreender os novos temas que serão trazidos para o aprendizado e o debate.

Eu, particularmente, sinto falta de um maior entrosamento, uma maior interação entre os vários professores de Direito Constitucional (minha matéria) da Casa. Espero levar essa expectativa para o novo ano que irá se iniciar, nas reuniões que forem realizadas.

Em nível pessoal, vou procurar me concentrar em decompor algumas idéias trazidas no presente curso, visando aprimorar a minha forma de ensinar, bem como buscar dentro do exíguo espaço de tempo, provocar os alunos que se interessarem a uma maior reflexão. O profissional do Direito deve ser por excelência um agente transformador e orientador da vida em comunidade, no mister de dar a cada um o que é seu.

### ***XII – Novos desafios***

*Tocar viola é ter o dom por natureza,  
Tocar viola não carece escola não.  
Devem os dedos ter firmeza e magia,  
Deve a mão seguir a voz do coração.  
Bom violeiro é quem nasce encantado,*

*Afina no “Rio acima”, “Pantaneira” ou “Cebolão. (Violeiros, lendas, violas - João Jampaulo Júnior)*

Não sei dizer do meu futuro na vida acadêmica. Estou encerrando mais uma etapa e como das outras vezes, admitindo a possibilidade de ser a última, pelo menos até não surgirem novas inquietações e novos vazios. Daí, quem sabe, um pós-doutorado...

Meus fantasmas ora me deprimem, ora me motivam, ora me travam na inércia, ora me fazem sair em busca desenfreada. Parar, talvez só mesmo no fim de minha jornada.

Sou professor... sou advogado... sou poeta cantador e violeiro... o que mais posso querer ser? Talvez alguém melhor que possa despertar nas pessoas a sensibilidade de entender a beleza na transformação pela qual passa o casulo até se fazer borboleta...

*João Jampaulo Júnior  
Dezembro de 2010  
jampaulo@uol.com.br*

## AUTORIZAÇÃO

Eu, **João Jampaulo Júnior**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 57.407, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.705.272 SSP/SP e CPF nº 712.486.848-34, residente e domiciliado à Rua XV de Novembro nº 507, centro, Jundiaí, SP, **autorizo** a **Profª Drª Diva Otero Pavan** a publicar o Memorial de minha autoria (trabalho de conclusão do curso de Didática e Prática Pedagógica no Ensino Superior – Unianchieta – Jundiaí, SP), em revistas ou coletâneas voltadas ao ensino.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente autorização para que produza todos os seus jurídicos efeitos.

Jundiaí, 26 de agosto de 2011

*João Jampaulo Júnior*  
OAB/SP nº 57.407